


## **SOBRE O POPULISMO EM ERNESTO LACLAU E NADIA URBINATI: LÓGICA DA POLÍTICA OU DESFIGURAÇÃO DA DEMOCRACIA?**

**Francisco de Assis Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

 <https://orcid.org/0000-0003-2396-8834>

E-mail: francisco\_economista@hotmail.com

### **RESUMO:**

O populismo contemporâneo tem suscitado profícuos debates entre os teóricos políticos, tais como Ernesto Laclau, com a sua teoria do discurso atrelada à psicanálise, defendendo a ideia de que o populismo representa a lógica da política; e Nadia Urbinati, que compreende o populismo como a desfiguração da democracia. O desdobramento deste embate de ideias levará à análise de uma figura importante para o populismo: o líder populista. Se para Laclau a noção de *significante vazio* expressa o sujeito coletivo na figura do líder, resultado da lógica da equivalência e da diferença entre as diversas demandas sociais, para Urbinati o líder populista utiliza o regime democrático para atingir fins antidemocráticos, aviltando a parte da população que dele diverge. Pretende-se neste artigo analisar ambas as concepções e, a partir do confronto destas perspectivas sobre o populismo, apresentar uma hipótese de base psicanalítica sobre o que conduz os indivíduos a apoiarem uma representação política autoritária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Significante vazio; Líder populista; Identificação.

## **ON POPULISM IN ERNESTO LACLAU AND NADIA URBINATI: LOGIC OF POLITICS OR DISFIGURATION OF DEMOCRACY?**

### **ABSTRACT:**

Contemporary populism has presented relevant debates among political theorists, such as Ernesto Laclau, with his discourse theory linked to psychoanalysis, defending the idea that populism represents the logic of politics; and Nadia Urbinati, who understands populism as the disfiguration of democracy. The highlight of this clash of ideas leads to the analysis of an important character for populism: the populist leader. If for Laclau the notion of *empty signifier* expresses the collective subject in the person of the leader, as a result of the logic of equivalence and the logic of difference between the different social demands, for Urbinati the populist leader uses the democratic regime to achieve anti-democratic ends, humiliating part of the population that differ from him. The aim of this article is to analyze both conceptions and, from the confrontation of these perspectives on populism, to present a hypothesis based on psychoanalysis about what leads individuals to support an authoritarian political representation.

**KEYWORDS:** Empty signifier; Populist leader; Identification.

---

<sup>1</sup> Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA, Brasil. Professor(a) substituto(a) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA, Brasil.

## Introdução

O confronto entre ideias no campo da teoria política relacionado ao populismo tem se configurado como uma importante temática para a compreensão do sentido da democracia contemporânea e seus desdobramentos. É neste cenário que dois teóricos políticos se apresentam em vertentes opostas e geram um profícuo debate acerca do populismo: Ernesto Laclau e Nadia Urbinati.

Para Laclau a lógica da política é populista, ou seja, na política há uma relação antagônica que lhe é inerente e que se desdobra em uma lógica da diferença e da equivalência que, em última instância, direcionam a política para uma democracia radical. No entanto, para Nadia Urbinati, o populismo representa a desfiguração da democracia, apoiada na ascensão de um líder populista que se utiliza da própria democracia para atender aos seus interesses antidemocráticos, se aproximando cada vez mais de um regime autoritário. Afinal, o populismo é a lógica da política ou a desfiguração da democracia? E de que forma essas concepções são constituídas?

A fim de responder essas questões buscar-se-á em um primeiro momento analisar a crítica de Urbinati à Laclau, ao sentido de populismo defendido por este, não sem antes observar brevemente a influência da psicanálise em seu pensamento. Posteriormente, confrontando as ideias de Laclau e Urbinati, se analisará a relação do líder populista com a massa. Por fim, será feita uma reflexão entre a psicanálise e a política a partir do fenômeno da identificação, na tentativa de compreender o que leva o indivíduo a apoiar uma representação política autoritária.

### I. A crítica da razão populista

A realização de uma crítica do populismo ou, mais precisamente, da crítica da sua racionalidade no que concerne ao sentido atribuído por Laclau, se apoia na análise de Nadia Urbinati, para quem o populismo, como já mencionado, significa a desfiguração da democracia. No entanto, antes de adentrar na perspectiva crítica da razão populista buscar-se-á compreender, ainda que de maneira sucinta, a relação entre a psicanálise e a teoria discursiva de Laclau, isto porque a psicanálise representa um alicerce relevante para o entendimento do pensamento laclauiano.

Em *A Razão Populista* Laclau ressignifica o conceito de populismo, definindo-o da seguinte forma: “por ‘populismo’ não entendemos um *tipo* de movimento, identificado ou com uma base social especial ou com uma orientação ideológica particular, mas o entendemos como uma lógica da política” (LACLAU, 2018, p. 181). Está claro que para Laclau o populismo não possui sentido valorativo, uma vez que ele é a própria lógica da política. Nela estão constituídas outras duas lógicas: a da diferença e a da equivalência. A primeira representa a identidade dos atores sociais com suas reivindicações particulares e a segunda concerne à relação entre as diversas identidades, ou seja, refere-se à maneira como essas várias identidades interagem entre si para se opor a uma força opressora que nega o atendimento de suas reivindicações.

A partir dessa interação, proveniente do arrefecimento da lógica da diferença e do fortalecimento da lógica de equivalência, constitui-se um espaço hegemônico denominado por Laclau de *significante vazio*. Tal conceito é a expressão unificada das demandas/reivindicações dos atores sociais. Mas por que Laclau assim o nomeia? Para Ferdinand de Saussure o significante é a imagem acústica da palavra e que junto ao significado representa o signo linguístico. Mas a apropriação do conceito de significante realizada por Laclau não corresponde ao modo compreendido por Saussure, mas à maneira apreendida por Jacques Lacan. Inversamente à relevância atribuída por Saussure quanto ao signo linguístico, o qual situava a *língua* em um primeiro plano e a *fala* em segundo plano, expressa na representação significado/significante,

Lacan destacou a *fala*, expressando o signo linguístico como significante/significado. É exatamente do modo lacaniano de conceber o signo linguístico que Laclau se inspira para constituir o *significante vazio*. Mas por que o significante é vazio?

Neste momento política e psicanálise são articuladas por Laclau para ressaltar que o sentido de vazio não quer dizer exatamente vazio, mas que tende ao vazio. Note-se que o lugar do *significante vazio* é ocupado, na concepção de Laclau, de modo precário e contingente, é um lugar que nunca será perene e completamente ocupado. O *significante vazio* é a expressão unificada das demandas dos atores sociais, a voz, a fala destes atores que exigem o atendimento de suas reivindicações. Neste sentido é possível dizer que o *significante vazio* congrega os desejos das identidades sociais. Como o desejo, do ponto de vista psicanalítico, é inconsciente e representa a própria faculdade de desejar, resulta que sempre se está buscando por ele, o que significa dizer que o ato de desejar é movimento em direção a. Desta forma, o lugar que configura o *significante vazio* não está de fato vazio, mas propenso ao vazio, propenso ao incessante movimento do desejo na política.

A dinâmica de elevação de uma figura política ao lugar de *significante vazio* é uma das características da razão populista. A tendência ao vazio possibilita que este espaço nunca seja totalmente preenchido. Laclau afirma, por exemplo, que a classe trabalhadora não representa mais a vanguarda que havia sido em determinada época, a contemporaneidade não comporta apenas as demandas da classe trabalhadora, ela não ocupa mais o lugar do *significante vazio*, a sua contingência e precariedade ocorreram, outras demandas, de forma articulada, passaram a ocupar essa posição. Exatamente por isso nunca haverá, na concepção de Laclau, uma plenitude da política, ela será sempre desejada, perseguida, mas jamais será plena, absoluta.

Laclau aproxima o sentido da política ao conceito lacaniano de objeto *a* (leia-se objeto pequeno *a*). Sabe-se que o desejo é inconsciente e que alude à faculdade de desejar, mas o que significa o objeto *a*? Ele é o objeto causa de desejo, nunca alcançado, mas constantemente perseguido. A analogia de Laclau entre a política e o objeto *a* configurará o seu sentido de democracia radical, sinalizando para uma abertura permanente da política. Contudo, para Nadia Urbinati este é um dos pontos críticos do pensamento de Laclau, pois o *significante vazio* pode ser ocupado por uma figura populista que concentre o poder político e desfigure a democracia.

Antes de perscrutar esta questão específica da crítica de Urbinati é necessário compreender a crítica à razão populista de uma maneira ampla. Como afirmado anteriormente, o populismo, segundo de Nadia Urbinati, desfigura a democracia, mas por que e de forma o faz? Inicialmente se afirmou que Laclau ressignificou o conceito de populismo: de um fenômeno político, de modo geral compreendido como a ascensão de uma figura política carismática que se apresenta como a voz do povo, para a lógica da política, em um cenário dividido por forças antagônicas.

A crítica de Urbinati evidencia em seu cerne a polarização que a razão populista produz entre o povo, de um lado e a força opressora, de outro. Ainda que haja antagonismo na política, a compreensão do populismo restringida a essa polarização impede que venham à tona os problemas inerentes à razão populista. Segundo Urbinati:

A ideologia populista do povo considera a sociedade finalmente dividida em dois grupos homogêneos – os muitos puros (o povo em geral) e os poucos corruptos (a elite por designação eleitoral ou nomeação burocrática). A polarização é o que faz do populismo uma ideologia de concentração (de poder e opinião) ao invés de uma ideologia de distinção e dispersão ou simplesmente antagonismo (URBINATI, 2014, p. 131, tradução nossa).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A noção de ideologia aqui está restrita à cisão estabelecida pela razão populista entre as demandas populares e o governo opressor.

O populismo para Laclau não é uma ideologia, mas um *modus operandi* da política e o seu aspecto democrático, nesse sentido, reside na cadeia de equivalência, pois através da sua articulação é possível a nomeação de um sujeito que agregue as diversas demandas sociais, prevalecendo sobre a natureza diferencial que estas apresentam. Segundo Laclau:

Para começar, só temos o populismo se houver uma série de práticas político-discursivas construindo um sujeito popular, e a pré-condição do surgimento de tal sujeito é, como vimos, a construção de uma fronteira interna dividindo o espaço social em dois campos (LACLAU, 2005, p. 43, tradução nossa).

Por que a razão populista é representada por duas forças antagônicas? Na concepção de Urbinati essa divisão é antagônica para que fique estabelecido uma relação de nós contra eles. Em sua obra *Me The People*, Urbinati afirma: “Argumento que o populismo identifica o povo com ‘uma parte’ da sociedade, tornando a maioria a força dominante dessa parte contra a(s) outra(s) parte(s)” (URBINATI, 2019, p. 36, tradução nossa). E em outro momento diz: “O antagonismo é *uma parte* do movimento democrático; mas a mudança no governo deve ser outra. Isso significa que o antagonismo é um *meio* – para alguma coisa – não um bem ou um fim em si mesmo” (URBINATI, 2019, p. 145, tradução nossa). A razão populista não considera o antagonismo apenas como uma parte da política, mas o eleva a uma posição essencial dela.

Constitutivo do antagonismo político, a razão populista evidencia a ascensão de uma figura política à posição de *significante vazio*, o que gera alguns questionamentos acerca do populismo. Para Laclau dois aspectos sobre o populismo se fazem presentes na literatura sobre o tema sem uma explicação satisfatória: o primeiro aspecto concerne à “denominada ‘imprecisão’ e ‘vagueza’ dos símbolos populistas” (LACLAU, 2019, p. 156). Laclau sustenta que há “imprecisão” e “vagueza” simbólicas no populismo, mas elas não advêm de qualquer tipo de situação marginal ou primitiva, estão inscritas na natureza do político. A dificuldade na constituição dos símbolos populistas decorre da dinâmica da cadeia de equivalência, visto que tentar constituir uma identidade popular que represente as inúmeras reivindicações de setores heterogêneos não é tarefa simples.

O segundo aspecto sobre o populismo e que a literatura em questão não foi capaz de resolver diz respeito à centralidade do líder. Na perspectiva de Laclau a resposta dada pela literatura sobre o tema refere-se à duas categorias que são insuficientes para explicar este ponto: a “sugestão” e a “manipulação” (LACLAU, 2019, p. 158). A “sugestão” estaria vinculada às explicações da psicologia das massas, e a “manipulação” estaria restrita à intenção subjetiva do líder. Para contrapor essas concepções Laclau redireciona a sua percepção para uma abordagem estrutural acerca da cadeia de equivalência e questiona se já não estaria presente nela algo que fosse o prenúncio de características fundamentais da função do líder. Em um primeiro instante se poderia questionar quais traços distintivos seriam estes. No entanto, a questão que se impõe não é esta, mas em que condições estas características são constituídas. Isso porque para a razão populista não interessa os atributos do líder, mas a lógica inerente que permite a formação do líder populista. É a lógica da equivalência que possibilita que demandas sejam representadas através do *nome do líder*. Como assevera Laclau:

Quanto menos uma sociedade for mantida unida por mecanismos diferenciais imanentes, mais ela dependerá, para sua coerência, do momento transcendente e singular, mas a forma extrema de singularidade é uma individualidade. Desse modo, quase imperceptivelmente, a lógica da equivalência conduz a uma singularidade e esta leva a uma identificação da unidade do grupo com o nome do líder (LACLAU, 2019, p. 159).

Conclui-se pela inevitabilidade da elevação de um nome, de uma singularidade à condição de líder toda vez em que ocorrer a busca pela formação de um sujeito coletivo proporcionada pela cadeia de equivalência. Quanto menos diferenças entre as particularidades dos atores sociais houver, mais facilmente se articularão entre si as demandas sociais e mais rapidamente um nome será identificado como o *nome do líder* que as representará.

O que fica sugerido, a partir da leitura de Laclau, é que concernirá à cadeia de equivalência o papel de não permitir que aquele que ocupa a posição do *significante vazio* se torne um autocrata, pois quanto maior for essa cadeia, quanto mais demandas sociais nela se articularem, maior será o lugar do *significante vazio* que deverá ser preenchido. Mas para Nadia Urbinati isso é contestável, pois nada garante que por meio da voz do líder populista o limite (supostamente imposto pela contingência e precariedade) não possa ser ultrapassado:

Embora Ernesto Laclau afirme que a ocupação do lugar de poder é ‘parcial’ e nunca completa, tem-se a impressão de que sua incompletude é mais um limite que a prática humana de formação do consentimento não pode evitar ou superar do que um princípio normativo. O populismo se aproveita do governo pela opinião e o torna a expressão de uma opinião que pertence apenas a um público (URBINATI, 2014, p. 132, tradução nossa).

O limite será respeitado se houver consentimento, porém, uma vez que o líder populista seja eleito, nada garante que essa barreira não seja transposta e o líder passe a ocupar o lugar de poder de forma antidemocrática. Este é um ponto crucial para Urbinati, pois para ela o populismo pretende transformar o povo em um amplo partido ou criar uma identificação entre o povo e as ideias de um líder, passando a tratar a minoria como inimiga partidária. No instante em que isso venha a ocorrer a ordem institucional começa a operar de forma cindida, sob o prisma de uma oposição entre as partes: maioria *versus* minoria (URBINATI, 2014, p. 143).

Essa cisão é característica do populismo, nela uma parte está representada pelos “muitos”, enquanto a outra pelos “poucos”. Urbinati argumenta que a “maioria” é utilizada como uma força que reivindica ser a expressão das pessoas certas, com o propósito de diminuir e humilhar a oposição. As pessoas certas são aquelas que seguem o líder populista, são as que coadunam com as ideias do líder, eleito de forma democrática.

Urbinati observa que o populismo contemporâneo possui uma característica singular, ele surge no âmago do regime democrático e o desfigura. Diferentemente do fascismo, que se insurge contra a democracia e se apropria do poder político, o populismo necessita das regras democráticas para se estabelecer. Todavia, a fronteira entre o populismo e o fascismo é tênue:

A democracia e o populismo vivem e morrem juntos; e por esta razão, faz sentido argumentar que o populismo é a fronteira extrema da democracia constitucional, após a qual regimes ditatoriais estão prontos para emergir (URBINATI, 2019, p. 15, tradução nossa).

Neste sentido o populismo está a um passo de um regime ditatorial. Este passo é dado quando o governo populista implementa (inconstitucionalmente) ações violentas contra aqueles por este considerados como “não-cidadãos” e a partir do momento em que começa a reprimir a dissidência política e impedir a liberdade de expressão e de associação, configurando-se assim em um regime fascista (URBINATI, 2019, p. 22).

Na esteira da diferença entre o populismo e o fascismo, segundo Urbinati, há outra peculiaridade: o populismo não é uma ideologia e nem um regime político, mas um processo representativo, pelo qual uma subjetividade coletiva é construída com o único intuito de chegar ao poder (URBINATI, 2019, p. 5). No percurso até o poder o líder populista constrói a sua

popularidade desferindo ataques aos principais partidos e políticos, seja da direita ou da esquerda, e assim o faz porque precisa se apresentar como a única saída para a crítica situação (econômica, social e política) em que o país está imerso. E o que acontece quando o líder populista chega ao poder? Segundo Laclau:

[...] a posição do sujeito popular não *expressa* simplesmente uma unidade de demandas constituídas fora e antes de si mesmo, mas constitui o momento decisivo no estabelecimento daquela unidade. Por essa razão, afirmo que o elemento unificador não é um meio neutro ou transparente (LACLAU, 2019, p. 158).

Na perspectiva de Laclau, o sujeito popular, aquele que ocupará o lugar do *significante vazio*, será elevado a essa posição através do consentimento (não por votação, mas por meio da *articulação*) entre os demandantes, por este motivo ele não é apenas a expressão das demandas, mas ele sintetiza o “momento decisivo” em que houve a concatenação das demandas. Seguindo este raciocínio pode-se inferir que ao chegar ao poder o líder populista não será autocrático, pois nele estarão representadas demandas heterogêneas.

Entretanto, para Urbinati, alcançado o poder o líder populista reconfirmará constantemente suas identificações com “o povo” (os seus apoiadores), convencendo-o de que estão travando uma batalha titânica contra o *establishment* [sistema], preservando a sua transparência e evitando que se torne um novo *establishment* (URBINATI, 2019, p. 6).

Percebe-se assim que além do conceito e da estrutura lógica do populismo, a divergência entre Ernesto Laclau e Nadia Urbinati se dirige também para a formação e o papel do líder populista. Se para Laclau a hegemonia e o *significante vazio* expressam o processo democrático (radical) presente na articulação da cadeia de equivalência, revelando que a centralidade da categoria de sujeito foi superada por uma pluralidade de sujeitos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 270); para Urbinati a razão populista chancela e reforça a autocracia do líder. Mas por que para Urbinati o líder populista é uma figura capaz de enfraquecer o regime democrático? De onde emana tamanho poder?

## II. O líder populista

Na descrição sobre o antagonismo político realizada por Laclau há uma fronteira separando a força política opressora e os diversos atores sociais. Nesta divisa, as demandas da força política opressora atuam invadindo e se misturando com as demandas da camada popular, alterando o sentido original e deixando-as em “suspensão”. Laclau denominou de *significantes flutuantes* as demandas que sofreram esse processo. Uma vez que isso ocorra, significa dizer que a fronteira antagônica não é intransponível como parece, algo que Laclau explicou. Todavia, ele continua sustentando o antagonismo.

Em seu estudo Laclau citou o czarismo como modelo: “O exemplo que eu tinha em mente era o de um regime opressor – nesse caso o czarismo – separado por uma fronteira política das demandas da maioria dos setores da sociedade” (LACLAU, 2019, p. 197). Entretanto, para Urbinati, na própria lógica do populismo reside um apelo ao autoritarismo:

A verticalização do poder e as políticas de personalização juntas resultam no que propositadamente proponho chamar de *emenda mono-árquica da democracia*. O apelo do populismo ao povo está prestes a levar ao czarismo. Articularei esse argumento por meio de uma análise crítica das ideias de Laclau, o autor que idealizou a teoria democrática mais consistente e desafiadora. Laclau argumenta que o populismo faz duas coisas que são democráticas: ele polariza a sociedade criando duas frentes de confronto e, por meio

da polarização, produz uma nova unificação do povo (uma política hegemônica) em torno de questões que estão ao lado dos muitos (URBINATI, 2014, p. 153, tradução nossa).

A real fronteira para Urbinati não está na perspectiva antagônica apresentada por Laclau entre uma força opressora e as demandas da camada popular, mas entre a democracia e o fascismo. O populismo contemporâneo emerge no cerne da democracia e estabelece uma proximidade com o regime autoritário, exatamente por se fundamentar em políticas de enaltecimento do líder populista que incorpora o poder e passa a implementar um *modus operandi* de desfiguração da democracia representativa. É precisamente este processo de desfiguração que pode conduzir à ascensão de um regime autoritário.

A dinâmica do populismo, na concepção de Urbinati, torna imprescindível a “representação direta”, uma vez que o líder deve falar diretamente para o povo, sem a necessidade de intermediários, sobretudo os partidos e a mídia independente (URBINATI, 2019, p. 7) – procedimento que é o oposto do que ocorre em uma democracia representativa convencional, em que a mídia e os partidos políticos são corpos intermediários essenciais.<sup>3</sup>

Desta forma, o elo entre o povo e o líder forma uma simbiose inquebrantável, cujos pilares estão articulados nos atributos que Urbinati entende como indispensáveis em uma democracia representativa: a vontade e a opinião, as quais constituem a *diarquia*:

A democracia *representativa* é diárquica porque é um sistema no qual a “vontade” (com a qual me refiro ao direito de voto e às instituições e procedimentos que regulam a tomada de decisões autoritativas) e a “opinião” (com a qual me refiro ao domínio extrajudicial das opiniões e julgamentos políticos em suas multifacetadas expressões) exercem uma influência mútua, mas permanecem independentes (URBINATI, 2019, p. 7, tradução nossa).

Urbinati explica que apesar da vontade e da opinião estarem separadas na democracia representativa, elas se comunicam e constituem a soberania popular. Contudo, na democracia representativa populista elas se fundem.<sup>4</sup>

Ao fundir vontade e opinião, o populismo confere um poder ao líder populista que o aproxima do poder de um líder fascista, ainda que o primeiro desfigure a democracia sem destruí-la. Uma vez que a *diarquia* é desfeita e se estabelece, como afirmou Urbinati, uma *emenda monoárquica da democracia*, duas condições foram satisfeitas para que o populismo como uma nova forma de poder se realizasse: 1) a identidade do sujeito coletivo (coletivo este que representa “os muitos”, aquela parcela da população que coaduna com as ideias do líder); 2) os traços específicos do líder que incorpora o sujeito coletivo e o torna visível.

No momento em que se funde a vontade e a opinião, uma transformação substancial ocorre no dinamismo político: há uma identificação entre “os muitos” e o líder. Esta fusão entre líder e povo possibilita que uma parte da população alcance um poder superior sobre os outros.

Na sua dinâmica o populismo se depara com um obstáculo que precisa ininterruptamente enfrentar: o *establishment*. Na voz do líder populista o *establishment* não permite que ele governe como deveria, a todo o tempo o seu poder é limitado pela estrutura política, pelos partidos, e isso é interpretado como se o poder do povo estivesse sendo tolhido; o *establishment* controla e manipula as regras do jogo político e não permite que a vontade do povo seja atendida. Este é o

<sup>3</sup> Para uma abordagem ampla sobre este tópico, consultar o texto de Urbinati “Uma revolta contra os corpos intermediários”.

<sup>4</sup> Em um artigo intitulado “Crise e metamorfoses da democracia”, ela explica: “A diarquia da decisão e da opinião capacita o público, pois incorpora uma ideia reguladora (a do cidadão como uma identidade que pertence igualmente a todos e que não é idêntico à realidade social da pessoa privada), operando também como um ponto de referência de avaliação externa para quem opina ou julga” (URBINATI, 2013, p. 10).

motivo pelo qual os partidos políticos são atacados pelo líder populista. Urbinati identifica nesta reação antipartido um tipo de fobia:

Esta fobia, como havia dito, dá origem a um projeto que visa substituir o soberano (o todo) por uma de suas partes. Essa parte pode ser a mais numerosa ou a menos diretamente envolvida no poder, mas continua sendo uma *parte* em todos os aspectos. O partido-fobia tem se tornado a idolatria do partido de “direita” e implica a rejeição de quaisquer partidos que não se encaixem no *antiestablishmentarianism* populista (URBINATI, 2019, p. 47, tradução nossa).

A rejeição dos partidos que não coadunam com o ideário populista é uma das posturas do *antiestablishmentarianism*, pois nele constam também o antielitismo, o antipartidarismo, o antipartidário e o anti-intelectualismo (URBINATI, 2019, p. 41). Todas essas formas são constitutivas da lógica populista, ensejando Urbinati a reiterar o que havia dito em outro texto ao mencionar Arato: que este paradigma faz do populismo uma teologia política (URBINATI, 2019, p. 41).<sup>5</sup>

A ideia do populismo como teologia política pretende ressaltar dois aspectos: a) que a noção de *incorporação* constitui a base ideológica do populismo. O líder populista incorpora a vontade e a opinião dos “muitos”, dos seus sectários, tornando-se assim uma figura religiosa. Desta forma, o desejo dos “muitos” se identifica e representa o desejo do líder; b) a representação utópica da sociedade, da sua incompletude, da política como objeto *a*, como objeto sempre perseguido, mas inalcançável.

Partindo destes aspectos é possível compreender os motivos pelos quais Urbinati chega a dizer que o populismo mais do que desfigurar a democracia, a transfigura: “Minha tese é que o populismo não apenas usa, mas de fato *transfigura* os fundamentos da democracia” (URBINATI, 2019, p. 79, tradução nossa). A transfiguração [*transfiguration*] (que também é uma desfiguração) remete a uma mudança completa da forma ou da aparência em algo mais apresentável ou espiritualmente elevado.<sup>6</sup>

O populismo se apresenta como uma nova forma de governo representativo (transfigurado) capaz de resolver os problemas socioeconômicos e políticos, restaurando e devolvendo à nação o moral que havia sido perdido. Ao falar diretamente para o povo, o líder populista transfigura o significado dos princípios democráticos, tornando-os mais atraentes na medida em que expressa os anseios do povo considerado “verdadeiro”, personificado no “cidadão de bem”.

Mas apesar dessa divisão entre os “muitos” – que em sua totalidade são morais e puros –, de um lado, e a elite imoral e corrupta, de outro, Urbinati alerta que o populismo deve ser compreendido como uma estratégia para alcançar o poder, e que para tanto se utiliza de procedimentos democráticos para servir a fins não democráticos, como a humilhação de minorias e opositores por meio da mobilização do público majoritário (URBINATI, 2019, p. 94).

A ressignificação do sentido de populismo elaborada por Laclau afasta essa dimensão autoritária que para Urbinati é intrínseca ao populismo. É possível inferir que a razão populista é democrática ao extremo, na perspectiva de Laclau, pois ela permite que o horizonte político permaneça constantemente aberto e se expandindo na proporção em que novos atores sociais vão surgindo com suas respectivas demandas. Desta forma, não há mais um discurso unificado da esquerda. Nas palavras de Laclau e Mouffe:

<sup>5</sup> Cf. Urbinati, “Political Theory of Populism”, 2019; e Arato, “Political Theology and Populism”, 2013.

<sup>6</sup> Cf. Oxford Dictionary of Difficult Words: “Transfiguration: a complete change of form or appearance into a more beautiful or spiritual state”, 2001, p. 442.



O discurso da democracia radical não é mais o discurso do universal; o nicho epistemológico de onde falavam as classes e os sujeitos “universais” foi erradicado e substituído por uma polifonia de vozes, cada uma construindo sua própria identidade discursiva irreduzível. Este ponto é decisivo: não existe democracia radical e plural sem que se renuncie ao discurso do universal e seu pressuposto implícito de um ponto privilegiado de acesso a “a verdade”, somente atingível por um número limitado de sujeitos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 282).

A despeito da pluralidade de sujeitos com as suas demandas diversificadas ser a realidade sociopolítica contemporânea, isso não significa que ela seja a expressão da democracia radical proporcionada pelo populismo. Para Urbinati ela é expressão do próprio regime democrático representativo. Assim, é possível deduzir, a partir da crítica de Urbinati, que a leitura política realizada por Laclau e Mouffe só é possível ao resignificar e transfigurar o sentido de populismo para comportar a pluralidade de sujeitos e a democracia radical.

Visto que a transfiguração abarca um aspecto de elevação espiritual, não se poderia deixar de observar que o líder populista age como um reconstrutor da autoridade e não apenas como a representação do contrapoder (URBINATI, 2019, p. 118). Para isso ele precisa de dois fatores que se entrelaçam e que fazem parte do populismo como teologia política: “uma espécie de *fé* religiosa que as massas têm em seu líder providencial e uma *identificação irracional* das massas com o líder” (URBINATI, 2019, p. 120, tradução nossa).

Aquele que foi incorporado como líder populista tem um trabalho quase divino de fornecer vida ao sujeito coletivo, no entanto, sem alterá-lo e sem responsabilizar-se por ele (URBINATI, 2019, p. 128). A noção de responsabilidade é um ponto importante na crítica da razão populista. Em verdade, não é a responsabilidade, mas a falta dela que caracteriza a relação do líder populista com o “seu povo”. O povo é soberano e o *líder forte*, para usar uma expressão de Przeworski, não é responsável por ele (PRZEWORSKI, 2020, p. 116). É a irresponsabilidade para com o povo que confere ao líder a sua força, pois o líder incorpora o povo, não havendo, portanto, o povo, de um lado, e o líder, de outro, mas “Eu, o povo”.

Os fatores que levam a esse entrelaçamento que resulta em “Eu, o povo”, segundo Nadia Urbinati, como já aludido, tem como fonte uma fé religiosa e uma identificação das massas com o líder. Destes dois fatores, a identificação é o elemento fundamental e o ponto de partida para se refletir sobre a escolha por uma representação política autoritária.

### III. O fenômeno da identificação na representação política autoritária

O tema da representação política é abordado por Laclau e Urbinati de modo distinto. Para Laclau ela é idêntica ao sentido dado pela psicanálise de Freud e Lacan. Segundo Laclau, a consequência ontológica da descoberta freudiana do inconsciente mais importante é que a categoria da representação não reproduz meramente, em um nível secundário, uma plenitude que lhe seja anterior e que permitiria uma compreensão direta sobre ela, mas, ao contrário, a representação já é em si o nível primário na constituição da objetividade (LACLAU, 2018, p. 179). Seguindo este raciocínio, nada antecede à representação política, ela não possui uma fundamentação prévia, ela é o nível primário da política. Afinal, em que consiste essa representação? Laclau continua construindo o paralelo entre a psicanálise e a política para responder essa questão:

Sendo a plenitude da mãe primordial um objeto puramente mítico, não existe gozo alcançável a não ser através de um investimento radical em um objeto *a*. Assim, o objeto *a* torna-se a categoria ontológica primária. Porém, a *mesma* descoberta – não simplesmente uma descoberta análoga – será feita se partirmos do ângulo da teoria

política. Nenhuma plenitude social é realizável exceto através da hegemonia; e esta nada mais é do que o investimento, num objeto parcial, de uma plenitude que sempre nos escapará, porque é puramente mítica (em nossos termos: é meramente o reverso positivo de uma situação vivenciada como “ser deficiente”). A lógica do objeto *a* e a lógica hegemônica não são apenas semelhantes: são simplesmente idênticas (LACLAU, 2018, p. 180).

A hegemonia se caracteriza pela relação entre o *significante vazio* e as demandas particulares, havendo nessa interação uma tensão que pode culminar no preenchimento precário e contingente do lugar do *significante vazio*. É notório que para Laclau este lugar nunca será plenamente ocupado, a sua plenitude nunca ocorrerá, assim como na relação entre a mãe e o filho(a) sob a perspectiva psicanalítica em que se apoia. Portanto, na representação política nunca haverá um sujeito que ocupará plenamente este lugar porque este é o lugar de tensão permanente da democracia radical. Essa concepção se distingue da noção de representação em Urbinati.

O sentido de representação para Urbinati será o tema da sua obra *Representative Democracy*. Nela, Urbinati busca traçar os princípios da noção de representação a partir de uma genealogia, se apoiando, sobretudo, em autores como Rousseau, Kant, Sieyès, Thomas Paine e Condorcet. A representação, para ela, consiste em um filtro abrangente que purifica e faz a mediação do processo político de formação da expressão e da vontade (URBINATI, 2006, p. 6). Ainda segundo Urbinati:

Ela [a representação] modela o objeto, o estilo e os procedimentos da competição e ação política. Ajuda a despersonalizar reivindicações e opiniões, o que, por sua vez, permite que os cidadãos se misturem e se associem sem apagar o espírito partidário essencial para a livre competição política ou obscurecer a divisão maioria/minoria (URBINATI, 2006, p. 6, tradução nossa).

Em princípio parece haver uma analogia entre a lógica da diferença e da equivalência propostas por Laclau e a ideia da representação em Urbinati, visto que agregam as reivindicações e opiniões dos cidadãos e possibilita a interação entre elas. Mas essa semelhança é apenas aparente, pois enquanto para Laclau o antagonismo surge como uma relação inerente ao populismo, intrínseco à política, para Urbinati o populismo se fundamenta em uma “representação direta”, antissistema:

[...] o populismo não é uma espécie de democracia direta, mas pelo contrário, é uma forma de “representação direta” ou de fazer do líder o representante de sua conexão direta e permanente com o povo (URBINATI, 2018, p. 25, tradução nossa).

Na relação antagonica preconizada por Laclau, as demandas sociais são confrontadas com o autoritarismo da força política no poder. Isso significa que as instituições do poder, isto é, tudo o que representa o governo opressor, agem sempre contra as demandas sociais, sobretudo quando se misturam a elas por meio dos *significantes flutuantes*. Na antípoda desta concepção está Urbinati, ao conceber uma interação democrática entre as instituições e a sociedade. Segundo ela:

A representação não pertence apenas aos agentes do governo ou instituições, mas designa uma forma de processo político que é estruturado em termos de circularidade entre a sociedade e as instituições, e não está confinado à decisão e deliberação em assembleia (URBINATI, 2006, p. 24, tradução nossa).

Entende-se por circularidade entre a sociedade e as instituições, não uma anuência absoluta das reivindicações populares e nem uma negação permanente delas por parte das instituições

governamentais, mas o movimento articulado entre ambas que pode resultar no atendimento ou não de determinadas reivindicações sociais. Esta é uma diferença importante entre Ernesto Laclau e Nadia Urbinati no que concerne à representação. Entretanto, há outro aspecto que precisa ser analisado e que remete ao papel da identificação na representação política autoritária.

Sob o ponto de vista de Laclau é possível eleger um sujeito que represente os diversos interesses das demandas sociais através da articulação na cadeia de equivalência. Sabe-se também que este sujeito não ficará de forma permanente e tampouco preencherá totalmente o lugar do *significante vazio*.

Na crítica realizada por Urbinati, o representante político populista expressa exatamente o oposto daquilo que Laclau propõe: o líder populista, o representante do povo, é autoritário. Mas o que leva uma parcela da população a aderir a um ideário político autoritário? Essa é uma pergunta que muitos autores se propuseram a responder e que se faz fortemente presente no cenário sociopolítico contemporâneo. Tanto Laclau quanto Urbinati não tiveram como objeto de análise essa indagação, ainda que ambos estivessem lidando com temas em que esta questão, em alguma medida, atravessasse os seus estudos.

No que concerne à razão populista não é possível fazer esta pergunta, pois a força política opressora já está dada – no exemplo proposto por Laclau, o sistema político czarista. No antagonismo de Laclau a força opressora surge sem qualquer mediação política democrática, ela aparece sem a ocorrência do processo eleitoral. Nesse sentido, outra pergunta pode ser formulada: por que Laclau não considerou a possibilidade de um governo opressor eleito democraticamente? Será Urbinati quem tratará sobre essa questão. A sua atenção na descrição do líder populista representa um aspecto deste problema.

A despeito de Urbinati ter mencionado em alguns momentos o papel da população, ela o fez, predominantemente, atrelando-o ao líder através do processo de incorporação. No entanto, ao se referir a uma identificação irracional das massas para com o líder (URBINATI, 2019, p. 120), ela destacou um relevante fenômeno que, na perspectiva psicanalítica, permite a abertura para uma reflexão sobre a adesão de uma parte da população a ideias e políticas de um governo autoritário.

A relação entre a psicanálise e a política surge em Laclau atrelada à sua teoria discursiva, de modo a reforçar a lógica populista. Laclau se apoia, sobretudo, na psicanálise lacaniana para, em última instância, afirmar uma ontologia negativa, isto é, uma ontologia onde a falta se faz presente para causar o movimento do desejo. Segundo Laclau: “O sistema (como o *objeto a* de Jacques Lacan) é o que a própria lógica do contexto exige – algo que é, no entanto, impossível. Ele se faz presente, por assim dizer, pela sua ausência” (LACLAU, 2011, p. 87). Se por um lado, a abertura política que a leitura de Laclau oferece direciona para a democracia radical, por outro lado, sugere que a política será sempre o espaço da polarização entre os diversos sujeitos e o governo opressor.

Uma vez que Laclau compreende que o governo opressor é instituído sem o consentimento da população – dado que o seu exemplo é o czarismo – não há como questionar sobre o motivo que teria levado o povo a eleger tal força opressora, pois não houve votação. No entanto, esta indagação pode ser feita a partir de um ponto de vista que considere o populismo como uma forma de regime representativo que se utiliza de meios democráticos para implementar ações antidemocráticas, ou seja, é possível fazer esta pergunta partindo-se da análise realizada por Urbinati.

Considere-se novamente a pergunta, agora reformulada: o que leva uma parte da população a votar em um candidato a líder da nação que apresenta em suas propostas um conjunto de medidas de caráter reacionário e autoritário? Retome-se o conceito de identificação.

Em seu texto “Psicologia das massas e análise do Eu”, ao se debruçar sobre a relação entre pai e filho(a), Freud diferenciou o processo de identificação com o pai, da escolha do pai como

objeto: “No primeiro caso o pai é aquilo que se gostaria de *ser*, no segundo, o que se gostaria de *ter*” (FREUD, 2011, p. 62). Mas há um terceiro caso de formação de sintomas, afirma Freud, que é aquele em que “a identificação desconsidera totalmente a relação objetal com a pessoa copiada” (FREUD, 2011, p. 64). Isso leva à seguinte questão: o que então faz o vínculo nessa identificação já que a pessoa não é capturada como objeto, já que não é aquilo que se quer *ter*? Essa identificação se dará pelo sintoma que o Eu produziu. E é neste ponto que reside a identificação da massa com o líder. Diz Freud:

Já suspeitamos que a ligação recíproca dos indivíduos da massa é da natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum, e podemos conjecturar que esse algo em comum esteja no tipo de ligação com o líder (FREUD, 2011, p. 65).

O desenvolvimento deste aspecto, no âmbito da teoria política, foi sobejamente explicado por Urbinati. A ênfase na identificação é reveladora do quanto o indivíduo está implicado, ainda que inconscientemente, na escolha do líder populista. No entanto, Freud, assim como Urbinati, destacam o papel do líder, e compreendem o indivíduo como fazendo parte da massa. Diz Freud:

A massa é um rebanho dócil, que não pode jamais viver sem um senhor. Ela tem tamanha sede de obediência, que instintivamente se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor.

Assim, as necessidades da massa a tornam receptiva ao líder, mas este precisa corresponder a ela com suas características pessoais. Ele próprio tem de estar fascinado por uma forte crença (numa ideia), para despertar crença na massa; ele tem de possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar (FREUD, 2011, p. 30).

A relação mútua entre o líder e a massa representa o processo de incorporação analisado por Urbinati e a identificação é um elemento substancial para compreender o que conduz o indivíduo a, sob um regime democrático, votar em um candidato populista.

Segundo Freud, o tipo de ligação com o líder é que permitirá a incorporação da massa a este. Mas a pergunta persiste: e quanto ao indivíduo? Quais foram as condições de possibilidade que levaram a tal vínculo com um líder autoritário? A hipótese está na relação entre o Eu ideal e o ideal do Eu, descrita por Freud em seu texto “Introdução ao Narcisismo”.

O Eu ideal representa o amor que se tem por si mesmo, aquele amor que foi vivido na infância e que o indivíduo não pretende se privar, pelo contrário, quer preservar aquela perfeição narcísica primeira (FREUD, 2010, p. 40). No entanto, conservar esse amor a si mesmo frente às pressões que a vida familiar e em sociedade trazem, não é tarefa simples, por isso “procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal” (FREUD, 2010, p. 40).

O ideal do Eu, portanto, é uma projeção do Eu ideal. O indivíduo, na tentativa de conservar aquela libido afetiva por si mesmo, que remete a sua infância, a projeta no ideal do Eu. Os desdobramentos sobre como esse processo ocorre, varia bastante de um indivíduo para outro (FREUD, 2010, p. 68), mas importa observar que no que diz respeito à adesão a um líder que incorpore o povo, essa relação ultrapassa o fenômeno da identificação, tornando-se um enamoramento. Se na identificação o Eu pode se inspirar no objeto, pode tê-lo como modelo, no enamoramento isso não ocorre, pois o objeto assumiu o lugar do ideal do Eu. Nesse caso, o objeto está isento de críticas por parte daquele que o ama. Situação análoga ao que ocorre com as ações

de um líder populista diante daqueles que o seguem: não há ações erradas, mesmo aquelas mais polêmicas são relativizadas. Como afirmou Freud em *Psicologia das massas e análise do Eu*:

Simultaneamente a essa “entrega” do Eu ao objeto, que já não se diferencia da entrega sublimada a uma ideia abstrata, deixam de operar completamente as funções conferidas ao ideal do Eu. Cala a crítica exercida por essa instância; tudo o que o objeto faz e pede é justo e irrepreensível. A consciência não se aplica a nada que acontece a favor do objeto; na cegueira do amor, o indivíduo pode se tornar, sem remorsos, um criminoso (FREUD, 2011, p. 72).

Nessa dinâmica o indivíduo satisfaz o seu narcisismo, pois aquele que é amado é amado pelas perfeições a que o indivíduo almejou para o seu próprio Eu. Assim, o líder populista se colocou no lugar do ideal do Eu, passando a representar as aspirações do indivíduo dantes inalcançadas.

É pertinente observar, tal como Freud assinalou, que para o Eu a constituição do ideal seria a condição para a repressão (FREUD, 2010, p. 40). A compreensão deste raciocínio se localiza na incidência das pressões familiares e sociais vividas pelo indivíduo, elas impelem para que o Eu projete a si mesmo como ideal no intuito de preservar aquela experiência narcísica da infância. Freud explica:

Pois a incitação a formar o ideal do Eu, cuja tutela foi confiada à consciência moral, partiu da influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio (o próximo, a opinião pública) (FREUD, 2010, p. 42).

Quando esta repressão familiar e social é exercida de forma rígida, autoritária, por vezes agressiva, ela pode se manifestar na mesma intensidade no comportamento do indivíduo. Visto que inevitavelmente chegará o momento em que este indivíduo fará as suas escolhas políticas, a possibilidade de que estas escolhas estejam voltadas para uma ideologia autoritária e que aponte “culpados” pelos problemas sociais, políticos e econômicos pelos quais o país tem passado – culpados estes para os quais este indivíduo possa direcionar a sua repressão contida – é bastante plausível. Por este motivo Adorno afirmou em *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* que:

O indivíduo que foi forçado a renunciar aos prazeres elementares e a viver sob um sistema de rígidas restrições, e que, portanto, se sente sobrecarregado provavelmente não apenas buscará um objeto sobre o qual possa “descarregar”, mas também fica particularmente irritado com a ideia de que outra pessoa está “se safando de algo”. Assim, pode-se dizer que a presente variável representa o componente sádico do autoritarismo, assim como a imediatamente anterior representa seu componente masoquista (ADORNO, 2019, p. 142).

Esta obra é oriunda dos estudos de Adorno, Levinson, Sanford e Frenkel-Brunswik, publicada em 1950 nos EUA, intitulada *The Authoritarian Personality*, e que teve como objetivo entender de que forma o fascismo estava presente no pensamento de parte da população norte-americana. Os autores elaboraram questionários que foram submetidos à amostras da população norte-americana e puderam perceber de que modo as ideias fascistas se faziam presentes na mentalidade dos entrevistados.

Nota-se, a partir das inferências dessas entrevistas, a persistência da ideia de que uma formação do sujeito baseada em uma forte repressão dos impulsos, sob um sistema de regras rigoroso, tende a constituir no indivíduo traços autoritários. Segundo Adorno:

De acordo com a presente teoria, o indivíduo antidemocrático, por ter tido que aceitar numerosas restrições impostas externamente sobre a satisfação de suas necessidades, abriga fortes impulsos agressivos subjacentes (ADORNO, 2019, p. 154).

A adesão e defesa de uma representação política autoritária revela, no cerne do processo de identificação e de enamoramento, uma necessidade de ser submetido pelo líder e de dominar através dele, para que desse modo o narcisismo infantil possa ser constantemente revivido pelo indivíduo na massa.

A massa expressa as escolhas, conscientes e inconscientes, dos indivíduos envolvidos nela. Ao líder populista cabe, como afirmou Urbinati, incorporá-la, ser a sua voz. Mas de todo modo são os indivíduos que, em última instância, enxergam no líder o seu ideal de Eu e enamorados o seguem.

A gênese dessa relação submissa e masoquista com o líder da massa remete, de acordo com Freud e Adorno, às pressões vividas por estes indivíduos em sua família e no convívio social. Não sem razão, diz Adorno em “Educação após Auschwitz”:

Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz *foi* a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram essa regressão. É isso que apavora. Apesar da não visibilidade atual dos infortúnios, a pressão social continua se impondo. Ela impele as pessoas em direção ao que é indescritível e que, nos termos da história mundial, culminaria em Auschwitz. Dentre os conhecimentos proporcionados por Freud, efetivamente relacionados inclusive à cultura e à sociologia, um dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório (ADORNO, 2022, p. 131).

Para que o regime democrático não venha a ser desfigurado pelo populismo, seria viável, por exemplo, a elaboração de políticas públicas em diversas áreas, que tratariam abertamente sobre diversos temas que permeiam a sociedade, especialmente aqueles considerados tabus e que pudessem, a partir daí, estimular um debate plural atento às reivindicações dos atores sociais.

O centro dessas políticas públicas estaria voltado para a diminuição da pressão exercida pela sociedade aos indivíduos. A complexidade da política exige a tratativa destas temáticas, mas existe algo a favor, elas já estão postas pela pluralidade dos atores sociais, pelas diversas identidades na democracia contemporânea. O quanto antes estas questões forem tratadas, mais rápido se garantirá que um regime autoritário não se coloque no lugar de ideal do Eu.

## Considerações finais

A noção do populismo como lógica da política foi problematizada desde o primeiro momento a partir da sua compreensão na perspectiva de Ernesto Laclau e subsequente crítica, trazida à baila por meio da concepção de Nadia Urbinati. A despeito da dinâmica entre as cadeias de equivalência e diferencial poderem articular demandas com a finalidade de eleger uma força que as represente, tal como defendida por Laclau, assumir a lógica da política como a oposição entre o sujeito coletivo (representado pelas demandas) e um governo autoritário, e considerar essa concepção como a lógica da política, resultou em uma apostasia do sentido tradicional de populismo que culminou na valorização da figura do líder populista.

Neste sentido, a análise de Urbinati quanto ao papel do líder populista evidenciou de que forma a democracia se desfigura ao se conceber poder político a uma figura que, estando no lugar do *significante vazio*, passa a representar a voz do povo (dos seus apoiadores) se utilizando de meios democráticos para fins autoritários.

Por fim, outra questão se apresentou a partir da crítica do líder populista, pela qual se indagou em que medida o indivíduo estaria implicado na escolha por uma representação política autoritária. A hipótese considerada levou a análise do fenômeno da identificação na perspectiva psicanalítica que se desdobrou em um processo de enamoramento. Tanto a identificação quanto o enamoramento se revelaram articulados às noções freudianas de Eu ideal e ideal do Eu. Quando estes fenômenos (da identificação e do enamoramento) e as noções de Eu ideal e ideal de Eu foram levados ao âmbito da política se observou de que forma a repressão familiar e social podem incidir na formação do indivíduo e influenciar a adesão, vinculada às questões inconscientes, por uma representação política autoritária, populista.

A consequência lógica da presença de uma figura autoritária como líder político é a desfiguração da democracia, tal como afirmou Nadia Urbinati. Por isso compreender o populismo como a lógica da política, como pretendeu Laclau, e não como parte dela, significa enaltecer um *modus operandi* da política que coloca em risco a democracia.

## Referências

- ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: *Educação e Emancipação*. (Tradução: Wolfgang Leo Maar). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*. (Tradução: Virginia Helena Ferreira Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo). São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ARATO, Andrew. Political theology and populism. In: *Social Research*, vol. 80, n.º 1, 2013, p. 143-172.
- FINCHELSTEIN, Federico; URBINATI, Nadia. On populism and democracy. In: *Populism1*. Koninklijke Brill NV, Leiden, 2018, p. 15-37.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: *Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. (Tradução: Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas – vol. 12).
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. In: *Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923)*. (Tradução: Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas – vol. 15).
- LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. (Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Três Letras, 2018.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. (Tradução: Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto. *Nuevas Reflexiones sobre la Revolucion de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a name? In: Aretxaga, Begoña [et al]. *Empire and Terror: nationalism/postnationalism in the new millenium*. Reno: University of Nevada, 2004.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. (Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr., Aécio Amaral). São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPQ, 2015. (Coleção Contrassensos).
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da Democracia*. (Tradução: Berilo Vargas). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. (Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix, 2012.
- SILVA, Francisco de Assis. Articulações da psicanálise na teoria do discurso de Ernesto Laclau. In: *Eleutheria* (Revista do Curso de Filosofia - UFMS), vol. 6, 2021, p. 331-351.
- URBINATI, Nadia. Crise e metamorfoses da democracia. (Tradução: Pedro Galé, Vinicius de Castro Soares). In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, n.º 82, junho/2013, p. 5-16.
- URBINATI, Nadia. *Democracy Desfigured: Opinion, truth, and the people*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
- URBINATI, Nadia. *Me The People: how populism transforms democracy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2019.
- URBINATI, Nadia. Political theory of populism. In: *Annual Review of Political Science*, 2019, 22, p. 6.1-6.17.
- URBINATI, Nadia *Representative Democracy: principles and genealogy*. Chicago: The University of Chicago, 2006.
- URBINATI, Nadia. Uma revolta contra os corpos intermediários. (Tradução: Sue Iamamoto, Gabriela Rosa). In: *Leviathan* (Cadernos de Pesquisa Política), n.º 12, 2016, p. 176-200.
- URBINATI, Nadia. The populist phenomenon. In: *Raisons Politiques*, 2013/3 (n.º 51), p. 137-154.

**Autor(a) para correspondência / Corresponding author:** Francisco de Assis Silva. francisco\_economista@hotmail.com